



## **Políticas públicas sobre a atividade da pesca no Baixo Tocantins: algumas considerações**

### **Public policy on fishing activity in the Lower Tocantins: some considerations**

Silvane Marques (UFPA)  
Marc Piraux (CIRAD/UFPA/UMR tetis)  
Francinei Bentes Tavares (UFPA)

**Grupo de Trabalho 02:** Iniciativas para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar

#### **Resumo:**

O território é um novo enfoque privilegiado na política da pesca implementada pelo Ministério da Pesca. O Baixo Tocantins é um desses territórios, porém essa política até o momento não foi implementada. Assim, é importante analisar, apesar da não implantação do território da pesca, a pertinência dessa proposta para os atores locais e avaliar o nível de ações coletivas que já existe na região. Foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com os presidentes das Colônias de Pescadores da região e com um assessor do Ministério da Pesca e Aquicultura no Pará. Dessa maneira, essas entrevistas demonstram que as iniciativas locais de políticas sobre os recursos pesqueiros muitas vezes se restringem a práticas pontuais, como a viabilização do recebimento dos recursos do Seguro Defeso. Mesmo assim, são desenvolvidas e apoiadas alternativas como os acordos de pesca e projetos de piscicultura em ecossistemas de várzea e de terra firme, com o objetivo de preservar e garantir o pescado.

**Palavras-chave:** Pesca, Políticas Públicas, Baixo Tocantins, Amazônia.

#### **Abstract:**

The territory is a new prime focus on fishery implemented by the Ministry of Fisheries policy. The Baixo Tocantins is one of those territories, but this policy was not yet implemented. Thus, it is important to analyze, despite the non implementation of the fishing territory, the relevance of the proposal to local stakeholders and assess the level of collective action that already exists in the region. Five semi-structured interviews with the presidents of Colonies of Fishermen of the region and an adviser to the Ministry of Fisheries and Aquaculture in Pará were done this way, these interviews show that local policy initiatives on fisheries resources are often restricted to specific practices as the feasibility of proceeds received from the Insurance closed season. Even so, alternatives are developed and supported as agreements on fisheries and fish farming projects in floodplain ecosystems and land, in order to preserve and secure the fish.

**Keywords:** Fishing, Public Policy, Lower Tocantins, Amazon.

#### **Introdução:**

A Política de Desenvolvimento Territorial da Pesca e Aquicultura é uma das diretrizes do Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura. Ela incorpora a abordagem territorial aos programas e ações do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e busca



entender as necessidades dos pescadores e aquicultores no seu contexto, trazendo o setor para dialogar com os demais atores territoriais e favorecendo processos participativos (MPA, 2013a). Nesse sentido, utiliza o mesmo conceito do Programa Territórios da Cidadania, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A abordagem territorial traz para as ações do MPA duas novidades: a ampliação da participação social e a descentralização dos processos de decisão. Para o Ministério, a adoção da abordagem territorial implica em fortalecer, nos territórios, a capacidade dos pescadores e aquicultores a se integrar no esforço, juntamente com os demais atores sociais e governos locais, da gestão social do desenvolvimento (MPA, 2013b). No entanto, esses elementos são pouco desenvolvidos quando se considera o contexto da pesca no âmbito da região do Baixo Tocantins, na bacia hidrográfica do Rio Tocantins, no Estado do Pará. De fato, o Baixo Tocantins foi decretado como território da pesca no ano de 2009, no segundo mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, porém não foi implementado ainda. Esse território seria constituído por nove municípios dentre os onze que fazem parte do Território da Cidadania do Baixo Tocantins (Abaetetuba, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Oeiras do Pará). Os municípios de Tailândia e Acará, embora façam parte do Território da Cidadania do Baixo Tocantins (MDA, 2010), e também do Território de Integração Tocantins, executado pelo Governo do Estado do Pará (UFPA, 2010), não fazem parte do Território da Pesca do Baixo Tocantins, pois possuem uma rede hidrográfica pouco destacada, com uma menor importância da atividade econômica da pesca e da piscicultura em relação aos demais municípios do Território da Cidadania.

Assim sendo, os objetivos deste trabalho são os seguintes: de forma geral, trata-se de analisar, apesar da não implementação do território da pesca, a pertinência dessa proposta para os atores locais e avaliar o nível de ações coletivas que já existe na região. De maneira específica, busca-se descrever os principais problemas existentes na região em relação às políticas da pesca, procurando entender seus avanços, gargalos, resultados e perspectivas, e tirar ensinamentos e propostas a partir das informações coletadas.

### **Metodologia:**

A metodologia privilegiou o levantamento dos dados disponíveis dentro das instituições sobre as políticas de pesca. Foram realizadas cinco entrevistas semiestruturadas com os presidentes das Colônias de Pescadores dos municípios de Baião (Colônia Z – 74), Mocajuba (Colônia Z – 38), Limoeiro do Ajuru (Colônia Z – 46), Igarapé Miri (Colônia Z – 15) e Cametá (Colônia Z – 16), todas na região do Baixo Tocantins. Por fim, foi realizada uma entrevista com o Assessor Técnico do MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura) no Estado do Pará, para obter maiores detalhes sobre a execução das políticas públicas envolvendo as áreas de atuação do MPA no Baixo Tocantins.

As atividades realizadas foram de levantamento de dados da região do Baixo Tocantins e articulação dos procedimentos que foram adotados ao longo da construção do trabalho, conforme segue: a) descrição das grandes características da pesca no território do Baixo Tocantins; b) levantamento dos dados disponíveis sobre o território da pesca no Estado; c) realização de entrevistas sobre o processo de implementação da política sobre a análise da pertinência da proposta para os atores sociais locais e sobre o nível de ação coletiva existente na região, e d) análise dos resultados encontrados e propostas de ação.

### **Resultados e discussão:**



O Baixo Tocantins é uma região na qual a atividade da pesca tem bastante importância econômica e social, e na qual grande parte dos pescadores é cadastrada nas entidades representativas que são as Colônias de Pescadores situadas na sede de cada município, sob a responsabilidade de uma diretoria eleita pelos votos deles próprios (pescadores). Entretanto cada Colônia tem suas coordenações ou núcleos de base espalhadas pelos municípios.

Segundo Santos (2007), como forma de manejo e preservação do pescado, as comunidades ribeirinhas organizam ações coletivas comuns denominadas “acordos de pesca”, que são arranjos institucionais controlados pelos atores sociais ali residentes (ribeirinhos) com o apoio das Colônias e de outras instituições, como o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) e a SEMA (Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará). São mais de 70 “acordos de pesca” ativos entre as Colônias entrevistadas, com destaque para o município de Limoeiro do Ajuru, que possui 23 acordos atualmente em vigência, e para o município de Cametá, com 22 acordos.

Porém, o que chama bastante atenção durante as entrevistas realizadas é o fato de todos queixarem-se de “invasões” por parte dos pescadores dos municípios vizinhos, principalmente na área onde se encontram os “acordos de pesca” e no período do “defeso” (época na qual é proibida a pesca, para a reprodução dos peixes, e que vai de novembro a fevereiro). Essa situação gera desentendimentos na região e entre os próprios municípios, e apesar desse incômodo, não existem ações coletivas nem políticas de integração entre eles na tentativa de solucionar esses problemas, pois recorrem apenas ao IBAMA para dar solução a esse problema, que nunca é resolvido, mesmo com prisões de apetrechos de pesca, muitas vezes predatória, dos “invasores”.

No entanto, os representantes dos pescadores já se reuniram algumas vezes para debater esse problema, e até chegaram a tomar a iniciativa de formar uma associação (denominada São Pedro), como diz o depoimento do ex-presidente da Colônia de Igarapé Miri, o Sr. Manoel Raimundo Pinheiro:

Tivemos algumas discussões em algumas reuniões a respeito dessa invasão. Venho propondo ao longo dos anos que se criasse uma associação das Colônias do baixo Tocantins para solucionar esses problemas. Chegamos a criar ela, e assim formar discussão, propostas, estatuto, mas infelizmente não conseguimos botar pra funcionar. Fui convidado para assumir a direção dessa associação, mas tinha outras coisas pra resolver, então deixei de lado e até mesmo faltou apoio nem todo mudo se interessa por isso, infelizmente eu recuei e outro assumiu, e não nos reunimos mais, ficou só no papel, não foi regularizada...

Como não houve progresso, os representantes dos pescadores da Região juntamente com outras colônias do estado, há três anos fundaram uma nova Federação, a FEPAF – Federação Estadual dos Pescadores e Aquicultores Familiares (iniciativa que também veio em resposta ao descaso da Federação Estadual já existente). A FEPAF já está legalizada, mas ainda não funciona de fato por falta de apoio financeiro e iniciativa dos presidentes das Colônias, já que a maioria passa boa parte do ano trabalhando em torno do seguro de pesca (auxílio recebido pelos pescadores no período do defeso, no qual por lei a pesca é proibida) e outros tipos de auxílio, como diz esse depoimento, confirmado por outros presidentes de Colônias, como a Z-16 de Cametá:

Infelizmente, parte das coisas ainda não foi colocada em prática, porque a maioria das colônias passaram a trabalhar só o Seguro Defeso, porque a política do seguro ela se dá, por exemplo, agora eles estão assinando... aí vai ser uma batalha pra fazer esses pescadores receberem, quando eles estão terminando [de receber o seguro],



ainda nem terminaram já esta na hora de trabalhar o seguro de novo (Manoel Raimundo Pinheiro, ex-Presidente da Colônia Z-15, de Igarapé Miri).

Portanto, do ponto de vista do nível atual de organização social local, a ação coletiva acha-se expressa na criação da referida Federação, que ainda não está funcionando. De certa forma, a busca por uma coletividade que vá além das ações específicas de cada Colônia, e que agrupe instituições em um nível supramunicipal, visando atender aos interesses da população de pescadores, parece ainda não ter dado os frutos desejados. A coordenação conjunta das iniciativas entre essas instituições pode ser importante para que isso seja feito a longo prazo, mesmo que atualmente não haja uma maior interação entre as diferentes instituições representativas dos pescadores.

No que se refere à execução da política territorial da pesca na região, como podemos observar na TABELA 01, o Baixo Tocantins é um dos 174 territórios da pesca e aquicultura identificados pelo MPA no Brasil (a referida tabela agrupa o recorte de alguns dos territórios identificados no Pará). No entanto, a implantação da política territorial da pesca e aquicultura não se iniciou como os dados do MPA mostram, ou seja, está inserido entre os territórios que foram mapeados e não houve implantações de projetos que pudessem abarcar a região, como proposto pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura.

**TABELA 01: Alguns Territórios da Pesca identificados no Estado do Pará**

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA SECRETARIA EXECUTIVA COORDENAÇÃO GERAL DOS TERRITÓRIOS DE AQUICULTURA E PESCA RELAÇÃO DOS 174 TERRITÓRIOS DA PESCA E AQUICULTURA - MÊS: Fevereiro de 2011				
* Nº de Pescadores: Fonte: Departamento de Registro da Pesca e Aquicultura/MPA (Março/2010)				
** Vigência: trata-se da situação dos territórios em relação à implantação da Política Territorial da Pesca e Aquicultura:				
2009	Territórios que iniciaram a implantação da abordagem territorial no ano de 2009.			
2009 (AP)	Territórios em que se realizou uma ação pontual do MPA em geral de apoio a cadeia produtiva.			
2010	Territórios em que o trabalho foi iniciado no ano de 2010.			
Campo em branco	Territórios em que ainda não se iniciou a implantação da Política Territorial da Pesca e Aquicultura.			
PA	18 Baixo Amazonas - PA	Óbidos	1505106	3253
PA	18 Baixo Amazonas - PA	Ortiximã	1505304	889
PA	18 Baixo Amazonas - PA	Porto de Moz	1505908	1935
PA	18 Baixo Amazonas - PA	Prainha	1506005	2431
PA	18 Baixo Amazonas - PA	Santarém	1506807	6980
PA	18 Baixo Amazonas - PA	Terra Santa	1507979	414
PA	130 Baixo Tocantins - PA	Abetetuba	1500107	4834
PA	130 Baixo Tocantins - PA	Baião	1501204	8397
PA	130 Baixo Tocantins - PA	Barcarena	1501303	724
PA	130 Baixo Tocantins - PA	Cameta	1502103	11350
PA	130 Baixo Tocantins - PA	Igarapé-Miri	1503309	2702
PA	130 Baixo Tocantins - PA	Limoeiro do Ajuru	1504000	5442
PA	130 Baixo Tocantins - PA	Mocajuba	1504604	5859
PA	130 Baixo Tocantins - PA	Moju	1504703	1711
PA	130 Baixo Tocantins - PA	Oeiras do Pará	1505205	2398

FONTE: MPA (2011).

Segundo o Assessor Técnico da Superintendência do MPA do Estado do Pará, essa política de desenvolvimento territorial foi paralisada em 2011 por motivos internos dentro do próprio Ministério. Segundo as informações dessa entrevista, houve um repasse de recursos para outras entidades, sendo que em 2009 o gerenciamento desses recursos foi redirecionado para outros tipos de produção (lavoura cacaueira e seringueiros).

Dessa maneira, as entrevistas realizadas demonstram que a política pública territorial em relação à pesca não chegou a ser implementada na região do Baixo Tocantins, sendo que as iniciativas locais de políticas sobre os recursos pesqueiros muitas vezes se restringem à organização de acordos de pesca e a práticas pontuais, como a viabilização do recebimento dos recursos oriundos do Seguro Defeso. O apoio à criação da FEPAF foi um passo





importante, mas que só poderá ser considerado como uma ação concreta se passar do estágio incipiente no qual se encontra para um funcionamento mais efetivo no que diz respeito às políticas pesqueiras na região.

Por fim, os atores locais consideram que seria importante a implementação da política territorial da pesca no Baixo Tocantins, considerando sua validade para o desenvolvimento da atividade, em função do apoio recebido, principalmente do MPA. Porém, essa importância relatada nas entrevistas realizadas pode ser relativizada, a partir do momento em que os entrevistados demonstraram ter pouco conhecimento acerca da política dos Territórios da Pesca, em aspectos como o seu funcionamento e suas formas de execução e avaliação. Assim, a pertinência do enfoque faz mais sentido no âmbito discursivo do que na ação concreta estabelecida pelos atores sociais locais.

### **Conclusões:**

Conforme demonstram as entrevistas realizadas, o Território do Baixo Tocantins não contou com as políticas de desenvolvimento territorial para pesca e aquicultura, devido à não continuidade das ações pelo MPA para o Território, no que se refere aos recursos pesqueiros. Entretanto, mesmo levando em conta o fato de ser uma região que fica à jusante de uma usina hidrelétrica, enfrentando diversos problemas ao longo dos anos com a escassez do pescado, e sem ter atividades coletivas entre as Colônias, são desenvolvidas e apoiadas alternativas como os Acordos de Pesca e projetos de piscicultura pelas comunidades em ecossistemas de várzea e de terra firme, com o objetivo de preservar e garantir o pescado, que é uma das principais fontes proteicas de subsistência dos atores sociais estudados, os pescadores de comunidades ribeirinhas amazônicas.

### **Agradecimentos:**

Ao GEDAF (Grupo de Estudos sobre o Desenvolvimento da Agricultura Familiar), já que o presente artigo é resultado parcial de uma bolsa de extensão do Programa Ação Coletiva e Uso dos Recursos Naturais na Agricultura Familiar: os acordos de pesca na região do Baixo Tocantins (PA), apoiado pelo Edital PROEXT / MEC 2014.

### **Referências:**

BRASIL, Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA. **Relação dos 174 Territórios da Pesca e Aquicultura (em fevereiro de 2011)**. Brasília: MPA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Cartilha da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: Plano de Desenvolvimento Sustentável, Mais Pesca e Aquicultura**. Brasília: MDA, 2013a.

\_\_\_\_\_. **A abordagem territorial no Plano Mais Pesca e Aquicultura: consolidando uma política de Estado**. Apresentação em MS Power Point 2013. Brasília: MDA, 2013b.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS: Território da Cidadania do Baixo Tocantins**. Cametá-PA: APACC / SOMECA, 2010.

SANTOS, Valcir Bispo dos. Capital Social em áreas de Acordos de Pesca na Amazônia Oriental: articulações entre escalas e aspectos institucionais e organizativos nos processos de aprendizagem e inovações de pescadores artesanais ribeirinhos. In: **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis: UFSC, 25 a 27 de abril de 2007.



**SBSP 2014**  
**X CONGRESSO DA SOCIEDADE**  
Brasileira de Sistemas de Produção

14 a 17 de maio de 2014  
Parque Tecnológico de Itaipu (PTI)  
Foz do Iguaçu - PR

Realização



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. **Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável / Região de Integração Tocantins**. Belém: UFPA / NAEA, 2010.